

02 NOV 1991

Senado Federal

CORREIO BRAZILIENSE

ELEIÇÃO

Senadores usam poder para prejudicar governadores

A onze meses das eleições gerais do ano que vem, a campanha já está a pleno vapor dentro do Senado Federal. Um em cada três senadores é candidato ao governo de seu estado. Desses, mais da metade enfrentará governadores que disputarão novo mandato.

O primeiro lance na disputa foi dado no mês passado, quando a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, com apenas três votos contrários, o fim do segundo turno nas eleições para governador. O objetivo é claro: impedir uma pulverização de concorrentes que favoreça o governador-candidato.

A outra estratégia dos senadores-candidatos é apertar o cerco às finanças estaduais. Os parlamentares têm poder constitucional de deliberar sobre o endividamento dos estados. Nas eleições, eles usarão a prerrogativa como arma para torpedear a reeleição de seus adversários.

Para os atuais 27 governadores, a semana passada trouxe o agravamento das dificuldades econômicas. A alta de juros promovida pelo governo federal deverá tornar mais pesado o serviço da dívida dos estados e a baixa no mercado acionário deve diminuir a possibilidade de ágio em leilões de empresas estatais.

PRIVATIZAÇÕES

O senador Vilson Kleinubing (PFL-SC) apresentou projeto de resolução que aumenta de 20% para 75% o comprometimento da receita das privatizações com o pagamento da dívida pública. Kleinubing não é candidato, mas estará em qualquer palanque de oposição ao governador Paulo Afonso Vieira (PMDB).

"Os governadores vão usar o dinheiro da venda das estatais para tentar se eleger. Os estados ficarão cada vez mais endividados a troco de nada", alegou o senador José Agripino Maia (PFL-RN).

Os senadores estão dispostos a aprovar a proposta de Kleinubing, mesmo sabendo que se trata de uma camisa-de-força que depois pode servir da mesma maneira para os próximos governantes. "Vai ser uma amarra para nós, mas uma amarra necessária", disse o senador Osmar Dias (PSDB-PR), irmão de Álvaro Dias, principal candidato da oposição no Paraná.

Enquanto não se tem segurança do sucesso da estratégia de Kleinubing, alguns senadores partem para o ataque no varejo. Desde o dia 23, o senador Esperidião Amin (PPB-SC) está obstruindo a votação de um projeto de resolução absolutamente rotineiro dentro do Senado: é o pedido do governo de Santa Catarina para rolagem de letras financeiras do tesouro com vencimento próximo, com o resgate imediato de 2% do total. Algo que acontece quase todas as semanas com todos os estados e vários municípios.

FISCAL

Amin, que é presidente nacional do PPB, é um fiscal implacável de qualquer pedido que venha do governador de São Paulo, Mário Covas (PSDB). A razão é partidária: o objetivo maior do PPB nas próximas eleições é garantir a vitória do seu candidato ao governo, Paulo Maluf. O líder maior do PPB conta com dois aliados dentro do Senado: o amazonense Gilberto Miranda (PFL) e o maranhense Epitácio Cafeteira (PPB).

Na falta de um senador fluminense especializado em economia, o governador do Rio de Janeiro, Marcello Alencar (PSDB), sempre conta com a ajuda do senador paraibano Ney Suassuna (PMDB) para desarmar articulações que possam prejudicá-lo.

Nesta terça-feira, o presidente da Caixa Econômica Federal, Sérgio Cutolo, vai depor na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado sobre o processo de renegociação de antecipações de receita orçamentária (AROs) feitas pelos governadores. Essas AROs, uma modalidade de empréstimo feitos em bancos privados, entraram na renegociação global da dívida dos estados. A Caixa assumiu o débito, desde que o Senado autorizasse.

A suspeita dos senadores é que a negociação está incluindo dívidas estaduais fora do limite estabelecido pela repactuação. Dependendo do depoimento de Cutolo, as operações poderão ser rejeitadas pelo Senado.